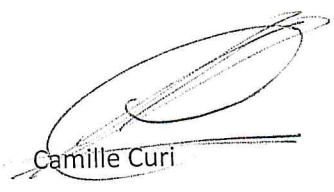


PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO 2015

O Conselho Fiscal da Organização Aldeias Infantis SOS Brasil, em cumprimento às disposições estatutárias, examinou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Com base nos exames efetuados e considerando o parecer, sem ressalvas, dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes, datado de 04 de março de 2016, é de opinião que as demonstrações financeiras acima referidas estão em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 07 de março de 2016.



Camille Curi



Claude Roger Loiseau



José Ricardo de Moraes Pinto



Firmino Mauro Custódio

Aldeias Infantis SOS Brasil

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e aos Diretores da
Aldeias Infantis SOS Brasil
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Aldeias Infantis SOS Brasil ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Associação é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

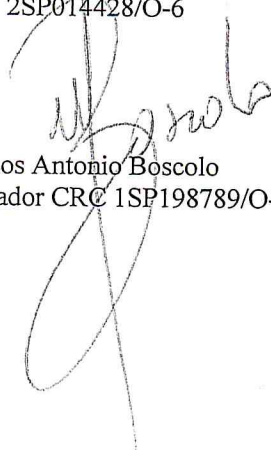


Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aldeias Infantis SOS Brasil em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 2 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

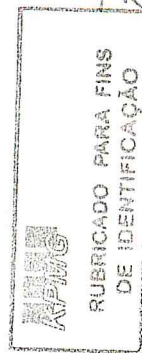
Aldeias Infantis SOS Brasil

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

Ativo	Notas	2015	2014	Passivo	Notas	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.372.277	15.006.349	Fornecedores		63.701	423.688
Recursos vinculados a projetos	5	6.383.608	3.980.081	Salários, férias e encargos a pagar	10	2.663.561	2.194.332
Venda de ativos a receber	6	500.000	500.000	Impostos e obrigações a recolher		93.019	72.602
Outros créditos		649.479	728.820	Subsídios governamentais e parcerias privadas	11	6.383.608	3.980.081
				Receita diferida	12	381.232	477.697
		17.905.364	20.215.250	Outras contas a pagar		311.318	266.303
Não circulante				Não circulante		9.896.439	7.414.703
Depósitos judiciais	13	1.796.242	1.875.523	Contas de poupança - aportes de padrinhos		2.051.858	2.317.220
Contas de poupança - aportes de padrinhos	7	2.051.858	2.317.220	Receita diferida	12	6.555.756	6.685.269
Propriedades para investimentos	8	2.921.125	1.429.419	Provisão para contingências	13	1.931.708	1.686.795
Imobilizado	9	17.668.505	19.195.651	Outras contas a pagar		-	136.875
		24.437.730	24.817.813			10.539.322	10.826.159
				Patrimônio líquido			
				Superávits acumulados	14	21.907.333	26.792.201
						42.343.094	45.033.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Aldeias Infantis SOS Brasil

Demonstrações de resultados

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	Notas	2015	2014
Receitas			
Doações internacionais	16	16.512.490	16.345.662
Subsídios governamentais	16	19.940.290	15.775.746
Doações nacionais	16	6.928.518	6.605.869
Aluguéis		<u>1.535.860</u>	<u>1.122.119</u>
		<u>44.917.158</u>	<u>39.849.396</u>
(Despesas) operacionais			
Despesas com pessoal	17	(27.599.450)	(22.520.905)
Despesas gerais e administrativas	18	(22.769.666)	(19.061.134)
Depreciação		(862.887)	(646.699)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	<u>87.867</u>	<u>13.516.265</u>
		<u>(51.144.136)</u>	<u>(28.712.473)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(6.226.978)</u>	<u>11.136.923</u>
Despesa financeira		(151.708)	(101.304)
Receita financeira	20	<u>1.493.818</u>	<u>988.223</u>
Resultado financeiro		<u>1.342.110</u>	<u>886.919</u>
Resultado do exercício		<u>(4.884.868)</u>	<u>12.023.842</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aldeias Infantis SOS Brasil

Demonstrações de resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	2015	2014
Resultado do exercício	<u>(4.884.868)</u>	<u>12.023.842</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(4.884.868)</u></u>	<u><u>12.023.842</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aldeias Infantis SOS Brasil

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	Superávits acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2013	14.768.359
Resultado do exercício	<u>12.023.842</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	26.792.201
Resultado do exercício	<u>(4.884.868)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u><u>21.907.333</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aldeias Infantis SOS Brasil

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	Notas	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do período		(4.884.868)	12.023.842
Ajustes por			
Depreciação		862.887	646.699
Valor residual do ativo permanente baixado	9	29.011	561.711
(Redução) aumento em provisões para contingências	13	244.913	(110.800)
		<u>(3.748.057)</u>	<u>13.121.452</u>
(Aumento) redução em ativos			
Recursos vinculados a projetos		(2.403.527)	(647.685)
Venda de ativos a receber		-	1.000.000
Outros créditos		79.342	(308.246)
Depósitos judiciais		79.281	(1.424.580)
Aumento (redução) em passivos			
Fornecedores		(359.987)	313.329
Salários, encargos e férias a pagar		469.229	408.484
Subsídios governamentais e iniciativa privada		2.403.527	652.185
Impostos e obrigações a recolher		20.417	34.243
Outras contas a pagar		(91.860)	21.397
Receita diferida		<u>(225.979)</u>	<u>(202.582)</u>
Caixa líquido (empregadas nas) proveniente das atividades operacionais		<u><u>(3.777.614)</u></u>	<u><u>12.967.997</u></u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	9	<u>(856.458)</u>	<u>(903.623)</u>
Caixa líquido empregado nas atividades de investimento		<u><u>(856.458)</u></u>	<u><u>(903.623)</u></u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		<u><u>(4.634.072)</u></u>	<u><u>12.064.374</u></u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	4	15.006.349	2.941.975
No fim do período	4	<u>10.372.277</u>	<u>15.006.349</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		<u><u>(4.634.072)</u></u>	<u><u>12.064.374</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Aldeias Infantis SOS Brasil ("Associação" ou "Aldeias") é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, exclusivamente de finalidade filantrópica e cultural, com sede social na Rua José Antônio Coelho, 400 - Vila Mariana - São Paulo - SP. A Associação tem por finalidade criar, implantar, organizar, administrar e fiscalizar os Projetos SOS destinados a prestar assistência, dar formação a crianças que, por qualquer motivo, foram privadas da ação educativa da família, sem distinção de raça, cultura ou credo religioso. Os recursos financeiros necessários para a manutenção das atividades são originados, basicamente, de doações de padrinhos (doadores voluntários) e/ou sócios nacionais e estrangeiros.

Em 2015, a Administração renovou e realizou diversos convênios Municipais, Estaduais e Federais, gerando receitas no exercício no valor de R\$ 19.940.290 (R\$ 15.775.746, em 2014), com o objetivo de promover a convivência familiar e comunitária, e a prevenção à violação de direitos de crianças e adolescentes, com ações como acolhimento institucional, música, artes, capacitação profissional, escolarização e oficinas de promoção de cidadania.

Em 31 de dezembro de 2015, a Associação era composta por 23 programas, constituídas, principalmente, por Casas Lares ("Aldeias") e Centros Sociais.

Segue o número de atendimentos realizados nos dois períodos (dados não auditados):

Estado	Cidade	Atendidos			Total
		Aldeia	Centro social	Atendidos indiretos	
AM	Manaus	45	139	106	290
BA	Lauro Freitas	21	137	55	213
DF	Brasília	21	131	132	284
MG	Juiz de Fora	62	128	124	314
PB	João Pessoa	27	555	368	950
PR	Goioerê	23	153	100	276
PR	Foz do Iguaçu	54	79	205	338
RJ	Jacarepaguá	28	287	320	635
RN	Caicó	36	463	374	873
RN	Natal	35	-	-	35
RS	Santa Maria	23	139	127	289
RS	Porto Alegre	37	114	119	270
SP	Poá	35	596	391	1.022
SP	São Bernardo do Campo	20	921	425	1.366
SP	Rio Bonito	17	421	174	612
SP	Campinas	48	120	134	302
SP	Rio Claro	35	-	-	35
SP	Lorena	20	-	-	20
SP	Pirassununga	32	-	-	32
SE	Aracaju	23	118	97	238
AL	Maceió	9	36	63	108
PE	Igarassu	44	155	247	446
SP	Caçapava	26	-	-	26
Total em 2015		721	4.692	3.561	8.974
Total em 2014		712	4.135	6.793	11.640

Conforme demonstrado acima, em 2015 houve um aumento no número de atendidos diretos no centro social em função de novos convênios em São Bernardo do Campo/SP e Foz do Iguaçu/PR.

A variação apresentada na coluna “Atendidos Indiretos” explica-se em razão da mudança na metodologia de contagem dos participantes, que passou a atender às medidas estratégicas da Organização.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Diretor da Associação em 02 de março de 2016.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (a) Ativo imobilizado recebido em doação mensurado pelo valor justo; e
- (b) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 9** - Valor residual do ativo imobilizado e vida útil;
- **Nota 13** - Provisão para contingências.

e. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº 21 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando se transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Associação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Associação tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

(ii) *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Recursos vinculados a projetos governamentais e parceiros

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável, quando necessárias. Os ativos imobilizados recebidos em doações são mensurados a valor justo.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta; e
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

O *software* comprado, que é parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

(ii) **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis médias estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercício comparativo são as seguintes:

Edificações	45 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

d. **Propriedades para investimentos**

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimentos são mensuradas ao custo pela Associação. Alterações no valor justo não são reconhecidas no resultado em razão de a Associação utilizar o custo como base para contabilização. Dessa forma, o valor justo é divulgado somente em nota explicativa conforme permitido pela norma contábil vigente.

e. **Redução ao valor recuperável**

(i) **Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os valores de ativos intangíveis sem vida útil definida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor, entretanto, a Administração da Associação não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos.

f. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Dentre os benefícios oferecidos pela Associação não há benefícios que nos indique necessidade de se constituir um passivo atuarial, bem como não possui nenhum benefício pós-emprego a colaborador que possa gerar uma obrigação futura.

g. Provisões, passivos - circulante e não circulante

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

h. Receita diferida

As doações recebidas pela Associação que possuem restrição de uso e que somente podem ser empregadas na construção de ativos imobilizados previamente aprovados pelos doadores são registradas no ativo imobilizado em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante, e serão apropriadas ao resultado do período no mesmo prazo das despesas de depreciação dos bens construídos com os recursos das doações.

i. Reconhecimento de receitas e apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado de acordo com o regime de competência. A Associação possui quatro principais tipos de receita: receitas com doações internacionais, receitas com subsídios governamentais, receitas com doações nacionais e receitas com aluguéis.

As receitas com doações internacionais e receitas com doações nacionais são reconhecidas no resultado do exercício quando efetivamente recebidas em função de a Associação não conseguir estimar, com razoável precisão, as datas e os valores que tais doações serão efetivamente gastas.

As receitas com aluguéis são reconhecidas de acordo com o período de competência da locação do imóvel.

As doações com subsídios governamentais são reconhecidas de acordo com o requerido na CPC 07 (R1) subvenções governamentais, da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o caixa em contrapartida a um passivo relacionado a projetos a executar, no passivo circulante.
 - **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos recursos subsidiados são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes.
 - **Receitas com trabalhos voluntários:** Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação a partir do exercício de 2015 passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. A Associação registrou as receitas e despesas com trabalhos voluntários conforme demonstrado nas notas explicativas nº 16 e 18.
- j. **Receitas financeiras**
As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e bancos	1.310.459	2.495.483
Aplicações em fundos de investimentos	9.061.818	12.510.866
	<u>10.372.277</u>	<u>15.006.349</u>

Representa recursos financeiros mantidos para uso das operações da Associação, composto por títulos de renda fixa.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações são remuneradas a taxas variadas Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Recursos vinculados a projetos

	2015	2014
Recursos vinculados a projetos governamentais	3.047.997	2.434.667
Recursos vinculados a projetos de parcerias privadas	3.335.611	1.545.414
	<u>6.383.608</u>	<u>3.980.081</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos, pela Associação, dos convênios com as prefeituras, que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão e projetos incentivados.

Os recursos relacionados a parcerias privadas referem-se a recursos recebidos que serão utilizados durante o ano de 2016. Vide Nota Explicativa nº 12.

Todos esses recursos estão investidos em aplicações financeiras que se referem substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Venda de ativos a receber

Em 2013 foi vendida uma casa no Município de Poá - SP, no valor de R\$ 750.000,00, e recebido no ato R\$ 250.000 e R\$ 500.000 a ser recebido quanto da entrega da escritura.

A escritura foi entregue em janeiro de 2016 com o respectivo recebimento do valor.

O valor do ganho nessa alienação em 2013 foi registrado no grupo de outras receitas operacionais.

			2015	2014
Casa no Município de Poá - SP			<u>500.000</u>	<u>500.000</u>
			<u>500.000</u>	<u>500.000</u>
	Valor Custo	Valor Residual	Valor Venda	Ganho
Casa no Município de Poá - SP	<u>16.755</u>	<u>-</u>	<u>750.000</u>	<u>750.000</u>
	<u>16.755</u>	<u>-</u>	<u>750.000</u>	<u>750.000</u>

7 Contas de poupança - Aportes de padrinhos

	2015	2014
Contas de poupança - Ativo	<u>2.051.858</u>	<u>2.317.220</u>
Contas de poupança - Passivo	<u>2.051.858</u>	<u>2.317.220</u>

Referem-se a valores recebidos de padrinhos internacionais das crianças acolhidas nas famílias das Aldeias. As remessas são nominativas e mantidas em contas de poupança individualizadas, por criança, podendo ser resgatadas apenas quando da sua emancipação, sua reintegração familiar ou por ordem judicial.

Por se tratar de recursos que são administrados pela Associação, porém com a obrigação de repasse às crianças assistidas pelos padrinhos, os montantes relacionados às contas de poupança são registrados por valores equivalentes em contas de ativo e passivo.

8 Propriedades para investimento

	2015	2014
Saldo em 1º Janeiro	1.429.419	1.429.419
Transferência de ativo imobilizado	<u>1.491.706</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>2.921.125</u>	<u>1.429.419</u>



Propriedades para investimento incluem uma série de imóveis comerciais que são arrendados para terceiros. Cada arrendamento tem um período não cancelável de 10 anos com o valor anual do aluguel indexado a inflação. Renovações subsequentes são negociadas com o arrendatário com períodos médios de 5 anos. Nenhum aluguel contingente é cobrado.

As propriedades para investimento da Associação são contabilizadas ao custo de aquisição. O valor justo é apurado somente para divulgação.

Em 31 de dezembro de 2015 os valores justos das propriedades para investimento compreenderam:

Localidade do imóvel	2015			
	Custo	Depreciação	Líquido	Valor justo
Brasília (DF)	1.085.559	(424.162)	661.397	5.564.948
Goioerê (PR)	249.515	(99.473)	150.042	3.642.567
Manaus (AM)	157.467	(37.267)	120.200	372.562
João Pessoa (PB)	186.919	(77.529)	109.390	805.140
Juiz de Fora (MG)	137.327	(56.488)	80.839	592.515
São Bernardo do Campo (SP)	184.006	(80.962)	103.044	1.612.800
Jacarepaguá (RJ)	2.175.200	(890.988)	1.284.212	10.326.185
Porto Alegre (RS)	111.349	(30.064)	81.285	320.250
Poá (SP)	356.471	(90.633)	265.838	1.124.274
Rio Bonito (SP/SP)	80.895	(16.017)	64.878	2.632.797
Lauro de Freitas (BA)	8.795	(8.795)	-	1.798.423
Total	4.733.503	(1.812.378)	2.921.125	28.792.461

O valor de lucros de renda de propriedades para investimentos reconhecidas no resultado é de R\$ 1.535.860 (R\$ 1.122.119 em 2014).

9 Imobilizado

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Movimentação no exercício de 2015

Descrição	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2015
Custo					
Terrenos	396.351	-	-	-	396.351
Edifícios	19.948.980	-	-	(2.570.412)	17.378.568
Móveis e utensílios	923.335	47.456	(11.069)	-	959.722
Veículos	1.121.996	124.820	(69.693)	-	1.177.123
Equipamentos e computadores	3.279.447	467.138	(60.932)	-	3.685.653
Construções em andamento	1.466.116	217.044	-	-	1.683.160
Total custo	27.136.225	856.458	(141.694)	(2.570.412)	25.280.577
Depreciação					
Edifícios	(4.726.561)	(250.270)	-	1.078.706	(3.898.125)
Móveis e utensílios	(486.648)	(69.689)	7.321	-	(549.016)
Veículos	(717.612)	(149.052)	59.589	-	(807.075)
Equipamentos e computadores	(2.009.753)	(393.876)	45.773	-	(2.357.856)
Total depreciação	(7.940.574)	(862.887)	112.683	1.078.706	(7.612.072)
Saldo líquido	19.195.651	(6.429)	(29.011)	(1.491.706)	17.668.505

Movimentação no exercício de 2014

Descrição	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2014
Custo					
Terrenos	396.351	-	-	-	396.351
Edifícios	19.617.092	36.832	(405.045)	700.101	19.948.980
Móveis e utensílios	877.776	57.807	(31.530)	19.282	923.335
Veículos	1.102.904	155.281	(136.189)	-	1.121.996
Equipamentos e computadores	3.045.514	288.136	(59.004)	4.801	3.279.447
Construções em andamento	1.824.733	365.567	-	(724.184)	1.466.116
Total custo	26.864.370	903.623	(631.768)	-	27.136.225
Depreciação					
Edifícios	(4.507.016)	(222.796)	3.251	-	(4.726.561)
Móveis e utensílios	(441.194)	(83.811)	38.357	-	(486.648)
Veículos	(682.688)	(180.060)	145.136	-	(717.612)
Equipamentos e computadores	(2.049.138)	(160.029)	199.414	-	(2.009.753)
Total depreciação	(7.680.036)	(646.696)	386.158	-	(7.940.574)
Saldo líquido	19.184.334	256.927	(245.610)	-	19.195.651

O saldo de construções em andamento refere-se basicamente a recursos que estão sendo destinados à reforma de nove imóveis de casas/lares localizadas em Porto Alegre. O valor total deste projeto é de, aproximadamente, R\$ 1.200.000, e todo o recurso utilizado neste projeto está sendo doado pela SOS Noruega.

10 Salários, férias e encargos a pagar

	2015	2014
Salários e ordenados a pagar	292.624	181.352
Provisão para férias e encargos sobre férias	2.370.937	2.012.980
	<u>2.663.561</u>	<u>2.194.332</u>

11 Subsídios governamentais e parcerias privadas

Durante o ano de 2015, a Associação renovou e firmou novas parcerias privadas e convênios nas esferas municipais, estaduais e federais. O reconhecimento desses subsídios será efetuado de acordo com a CPC 07, subvenção governamental, de acordo com o regime de competência. Para 31 de dezembro de 2015 e 2014 o saldo é assim apresentado:

Aldeias Infantis SOS Brasil
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Subsídios Governamentais	2015	2014
Esfera Municipal		
Prefeitura Municipal de São Paulo	453.718	434.160
Prefeitura Municipal de Santa Maria	438.112	214.450
Prefeitura Municipal de Caçapava	325.534	-
Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo	298.743	-
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	176.745	323.744
Prefeitura Municipal de Natal	159.364	77.079
Prefeitura Municipal de Campinas	152.829	153.795
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	105.690	123.534
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu	98.704	14.679
Prefeitura Municipal de Poá	58.471	96.667
Prefeitura Municipal de Lorena	40.768	50.123
Prefeitura Municipal de Rio Claro	32.987	130.734
Prefeitura Municipal de Maceió	32.342	36.871
Prefeitura Municipal de Aracaju	18.326	4.952
Prefeitura Municipal de Paraíba	10.671	28.609
Prefeitura Municipal de Ipeúna	10.123	9.980
Prefeitura Municipal de Manaus	3.703	-
Prefeitura Municipal de Pirassununga	3.056	11.054
Prefeitura Municipal de Goioerê	806	4
Prefeitura Municipal de Nova Cruz	638	-
Prefeitura Municipal de Igarassu	378	88.379
Prefeitura Municipal de Acari	212	2.775
Prefeitura Municipal de Parelhas	140	-
Prefeitura Municipal de Cruzeta	110	-
Prefeitura Municipal de Quarto Centenário	64	-
Prefeitura Municipal de Areia Branca	45	-
Prefeitura Municipal de Caicó	30	53.094
Prefeitura Municipal de Serra Negra do Norte	8	-
Prefeitura Municipal de Charqueada	-	91.272
Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes	-	54.259
Prefeitura Municipal de Mossoró	-	12.539
Prefeitura Municipal de Cerro Corá	-	7
Prefeitura Municipal de Carpina	-	51.797
subtotal	2.422.317	2.064.557
Outros convênios com o Governo		
Esfera Estadual	453.786	222.204
Esfera Federal	171.894	147.906
subtotal	625.680	370.110
Total de Subsídios Governamentais	3.047.997	2.434.667
Parcerias Privadas		
HSBC	2.888.818	1.207.836
Alcoa	158.127	-
Petrobrás	92.057	115.657
Fundação Prada	80.000	42.310
Herbalife	79.087	-
Instituto Coca-Cola	33.193	18.932
Fundação Telefônica	4.329	133
White Martins	-	10.202
Proac	-	123.082
Outros	-	27.262
Total parcerias	3.335.611	1.545.414
Total subsídios governamentais e parcerias	6.383.608	3.980.081



12 Receita diferida

	2015	2014
Receita diferida curto prazo (Obras)	251.719	348.184
Receita diferida curto prazo (Depreciação)	129.513	129.513
Receita diferida longo prazo (a)	<u>6.555.756</u>	<u>6.685.269</u>
	<u>6.936.988</u>	<u>7.162.966</u>
Passivo circulante	381.232	477.697
Passivo não circulante	<u>6.555.756</u>	<u>6.685.269</u>

- (a) Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 3(h), os recursos vinculados que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação do ativo imobilizado.

As principais obras realizadas com recursos vinculados provenientes de entidades relacionadas no exterior foram:

	2014	Depreciação	Baixa	Adição	2015
Igarassu	3.722.653	(86.829)	-	-	3.635.824
Igarassu - Reforma	603.012	-	-	-	603.012
Igarassu - Manutenção	154.205	-	(154.205)	-	-
Brasília	875.539	(21.888)	-	-	853.651
Manaus	556.138	(14.113)	-	-	542.025
João Pessoa	149.672	(6.683)	-	-	142.989
Porto Alegre	1.101.747	-	-	-	1.101.747
HSBC Future First	-	-	-	57.740	57.740
	<u>7.162.966</u>	<u>(129.513)</u>	<u>(154.205)</u>	<u>57.740</u>	<u>6.936.988</u>

13 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Associação é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As movimentações na provisão para contingências nos exercícios de 2015 e 2014 são apresentadas a seguir.

Movimentação das contingências:

	2014	2015			
	Saldo inicial	Adições	Atualizações de processos já existentes	Reversões e pagamentos	Saldo Final
Trabalhistas	209.654	43.082	120.281	(67.147)	305.870
INSS	1.327.764	-	-	-	1.327.764
Taxa de Lixo	149.377	-	19.550	-	168.927
Restituição de Convênio	-	129.147	-	-	129.147
	<u>1.686.795</u>	<u>172.229</u>	<u>139.831</u>	<u>(67.147)</u>	<u>1.931.708</u>

Movimentação dos depósitos judiciais:

	2014	2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo Final
Depósitos judiciais	<u>1.875.523</u>	<u>-</u>	<u>(79.281)</u>	<u>1.796.242</u>
	<u>1.875.523</u>	<u>-</u>	<u>(79.281)</u>	<u>1.796.242</u>

Processos de natureza trabalhistas

As provisões trabalhistas foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da Associação quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A Associação adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

- **INSS quota patronal** - As contingências tributárias referem-se, à discussão relativa à cobrança de INSS sobre a Aldeias de São Bernardo do Campo/SP para os meses de novembro e dezembro de 1991 e exercícios de 1992 a 1999, período que a Aldeias de São Bernardo não recolheu a quota patronal apesar de não possuir Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e ainda não ter aderido ao processo unificação de todas as Aldeias no Brasil num único escritório nacional e CNPJ. O valor da quota patronal não recolhida está sendo provisionado com acréscimo de multa e juros e foi classificado pela Administração baseado na opinião dos assessores jurídicos, com risco de perda provável. Em 31 de julho de 2014 foi realizado um depósito judicial no valor de R\$ 1.318.963 referente ao processo do INSS, este depósito judicial foi efetuado em razão de orientação jurídica para que o imóvel que estava sendo oferecido como garantia pudesse ser liberado deste processo.
- **Ativo contingente** - A Associação vem discutindo na justiça junto a Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro ação ordinária de inconstitucionalidade das alíquotas progressivas de IPTU nos exercícios de 1994 a 1999, reivindicando a devolução das quantias recolhidas. A ação foi transitada em julgado sendo reconhecida a inconstitucionalidade das alíquotas progressivas de IPTU condenando o Município do Rio de Janeiro a restituir os montantes pagos pela Associação. Apesar de transitado em julgado nenhum ativo foi reconhecido, nesse momento. O valor em discussão ainda está sendo apurado, foi contratada empresa especializada para emissão de laudo para atestar o valor do reembolso, o qual não pode ser estimado nesse momento.

A Associação ainda possui processos de natureza trabalhista, tributária e cível que foram avaliadas pelos consultores jurídicos com risco de perda possível, sendo que o montante total envolvido de trabalhista em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 1.369.159 (R\$ 830.536 em 2014) de tributária e cível é de R\$ 274.503 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 439.292 em 2014).

14 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Associação foi formado pelas doações recebidas e pelos superávits acumulados.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio líquido remanescente é destinado para outra entidade congênere integrante do sistema SOS ou, na ausência desta, para outra entidade afim, respeitando-se a unidade federativa onde estiver localizado o patrimônio, devidamente registrado no Conselho Nacional de Assistência Social, ou uma entidade pública.

15 Partes relacionadas

A Associação possui em seu Estatuto Social a obrigação de utilizar como modelo a metodologia e os princípios da SOS - Kinderdorf International.

Durante o exercício de 2015 a Associação teve receita de doações internacionais de outras Aldeias SOS reconhecidas no resultado nos montantes de R\$ 13.031.989 (R\$ 12.664.120 em 2014). Os valores recebidos nos exercícios de 2015 e 2014 são apresentados na nota explicativa nº 16.

Em relação aos saldos patrimoniais, em 31 de dezembro de 2015, a Associação possui R\$ 6.936.988 (R\$ 7.162.996 em 2014) de doações recebidas registradas na rubrica de receita diferida (conforme demonstrado na nota explicativa 12).

Remuneração da administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho Diretor e Conselho Fiscal. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

16 Receita

	2015	2014
Doações internacionais entre partes relacionadas		
Hermann Gmeiner Fonds Deutschland - HGFD	10.707.984	10.542.354
SOS - Kinderdorpen	636.056	224.391
SOS - UK	299.138	205.839
SOS - Suíça	195.187	127.485
SOS - Noruega	103.851	467.781
SOS - Estados Unidos da América	52.936	114.325
SOS - Dinamarca	40.336	28.416
SOS - Suécia	38.123	188.842
SOS - Bélgica	9.830	4.271
Outras	948.548	760.416
Total de doações internacionais entre partes relacionadas	13.031.989	12.664.120
Padrinhos Viena	3.480.501	3.681.542
Total de doações internacionais	16.512.490	16.345.662
Subsídios governamentais:		
Municipais		
Prefeitura Municipal de Poá	3.015.005	2.208.189
Prefeitura Municipal de São Paulo	2.225.388	1.932.749
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	1.352.152	620.218
Prefeitura Municipal de Campinas	1.322.130	1.409.237
Prefeitura Municipal de Natal	1.267.746	946.617
Prefeitura Municipal de São Bernardo dos Campos	1.099.305	465.448
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	1.042.371	971.881
Prefeitura Municipal de Rio Claro	958.294	839.706
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu	915.360	1.061.271
Prefeitura Municipal de Santa Maria	880.861	690.237
Prefeitura Municipal de Pirassununga	841.495	750.928
Prefeitura Municipal de Lorena	656.551	696.134
Prefeitura Municipal de Caicó	434.940	133.350
Prefeitura Municipal de Caçapava	353.946	-
Prefeitura Municipal de Goioere	260.854	129.576
Prefeitura Municipal de Aracaju	208.462	-
Prefeitura Municipal de Maceió	198.770	102.337
Prefeitura Municipal de Manaus	99.799	-
Prefeitura Municipal de Charqueada	76.618	212.723
Prefeitura Municipal de João Pessoa	56.891	123.480
Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes	54.594	172.594
Prefeitura Municipal de Igarassu	50.122	463.983
Prefeitura Municipal de Carpina	13.928	59.688
Prefeitura Municipal de Mossoró	12.721	291.448
Prefeitura Municipal de Ipeúna	22	66
Outras	-	25.217
Total municipal	17.398.325	14.307.077
Estaduais	1.015.014	1.053.101
Federais	1.526.951	415.568
Total de subsídios governamentais	19.940.290	15.775.746
Doações nacionais:		
Empresas	3.567.006	2.363.204
Amigos	2.173.089	1.582.033
Receita com trabalhos voluntários	199.384	-
Mercadorias	146.112	181.597
Eventos e produtos	137.918	41.937
Heranças e legados	6.173	1.034.083
Outras doações	698.836	1.403.015
Total de doações nacionais	6.928.518	6.605.869

17 Despesas com pessoal

	2015	2014
Salários e encargos sociais	(23.550.011)	(19.237.332)
Benefícios	(3.319.399)	(2.571.012)
Indenizações	(730.040)	(712.561)
	<u>(27.599.450)</u>	<u>(22.520.905)</u>

18 Despesas gerais e administrativas

	2015	2014
Serviços de terceiros	(3.310.412)	(3.033.626)
Despesas com alimentação	(2.697.374)	(2.470.322)
Publicidade e comunicação	(2.588.255)	(2.012.476)
Manutenção, conservação e reparo	(2.187.347)	(1.674.392)
Despesas com água, energia elétrica e telefone	(1.982.463)	(1.740.414)
Veículos e conduções	(1.955.694)	(1.659.254)
Aluguéis	(1.793.918)	(1.293.414)
Membresia SOS (a)	(1.703.971)	(1.509.791)
Despesas com materiais escolares, medicamentos e vestuário	(1.458.472)	(1.411.585)
Materiais de escritório, higiene e limpeza	(834.047)	(748.425)
Despesas com casa lar	(333.415)	(341.217)
Despesas com trabalhos voluntários	(199.384)	-
Gastos com as crianças (atividades culturais, entretenimento, passeios)	(161.409)	(104.160)
Constituição e reversão de provisão para contingências	(96.216)	(110.800)
Consultoria	(95.548)	(119.500)
Outras	(1.371.741)	(831.758)
	<u>(22.769.666)</u>	<u>(19.061.134)</u>

- (a) Membresia refere-se ao custo para a utilização da marca "Aldeias Infantis SOS". Até o ano de 2011 este montante era calculado ao percentual de 4% sobre o valor total arrecadado nacionalmente. Já em 2012, a Organização (a nível mundial) realizou um estudo para viabilizar a redução dos gastos que as Associações Nacionais vinham assumindo com a cota de Membresia, onde então ficou decidido que o Hermann Gmeiner Fonds Deutschland - HGFD assumiria este custo. A partir de 2013, mudou-se a metodologia de cálculo sobre o valor da Membresia de cada Associação Nacional, onde o montante a ser tomado em conta é o total captado pelas Associações Promotoras em função de cada país. O valor apresentado em 2015 e 2014 é um referencial contábil, pois não houve desembolso de caixa para a Associação Nacional. O montante foi assumido pelas Associações Promotoras, a contrapartida deste valor está no grupo de receitas internacionais.

19 Outras receitas operacionais, líquidas

	2015	2014
Receita na venda de ativo imobilizado	19.300	14.077.976
Baixa custo e depreciação do ativo imobilizado	(29.011)	(561.711)
Outras receitas	97.578	-
	<u>87.867</u>	<u>13.516.265</u>

Do montante de R\$ 14.077.976 em 2014, R\$ 14.000.000 refere-se ao valor da desapropriação de um imóvel pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro pagos em 18 de junho de 2014. O restante do saldo de receitas refere-se a outras vendas do ativo imobilizado.

20 Receita financeira

	2015	2014
Receitas e rendimentos de aplicações financeiras	<u>1.493.818</u>	<u>988.223</u>

A variação dos rendimentos financeiros refere-se basicamente ao aumento das aplicações demonstradas nas Notas 4 e 5.

21 Instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos financeiros

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Associação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Associação caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de doações e em títulos de investimento.

Para mitigar esses riscos, a Associação adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. No que tange às instituições financeiras, a Associação somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e aplicações em títulos de renda fixa.

A Administração não espera que qualquer contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras era de:

	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.310.459	2.495.483
Aplicações em fundos de investimentos	4	9.061.818	12.510.866
Recursos vinculados a projetos governamentais	5	3.047.997	2.434.667
Recursos vinculados a projetos de parcerias privadas	5	<u>3.335.611</u>	<u>1.545.414</u>
		<u>16.755.885</u>	<u>18.986.430</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Associação encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

A Associação apresentava em 31 de dezembro de 2015 saldo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e recursos vinculados a projetos de R\$ 16.755.885 (R\$ 18.986.430 em 2014) frente ao passivo circulante na mesma data base de R\$ 9.896.439 (R\$ 7.414.703 em 2014) o que representa uma liquidez livre de R\$ 6.859.446 (liquidez livre de R\$ 11.571.727 em 2014).

As maturidades contratuais de passivos financeiros são de até 6 meses para os fornecedores que possuem saldos de R\$ 63.701 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 423.688 em 2014), não havendo nenhum passivo financeiro com vencimento superior a 6 meses.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de prestação do serviço de assistência social. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo refere-se custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos renda fixa.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 - nível 2:

	2015	2014
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:		
Aplicação financeira	<u>9.061.818</u>	<u>12.510.866</u>

22 Imunidade Tributária

Tendo em vista que a Associação não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, ela está imune ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, ao Programa de Integração Social - PIS, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e aos impostos municipais e estaduais de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional - CTN.

A Associação possui os seguintes registros de suas atividades:

- reconhecida de Utilidade Pública Federal conforme publicado no Diário Oficial da União em 24 de abril de 1995 e com renovação da certidão válida até 30 de setembro de 2016;
- Certificado de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto 48.451, de 20 de janeiro de 2004, renovado em 27 de maio de 2015;
- Certificado de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto nº 32.064, de 17 de agosto de 1992, alterado pelo Decreto nº 43.302, de 04 de junho 2003 e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (conforme o Decreto 6308/2007 que teve seus parâmetros nacionais definidos através da resolução nº 16/CNAS de 05 de maio de 2010 publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2010, as entidades passaram a prestar contas ao Conselho Municipal de sua sede - no caso Conselho Municipal de Assistência Social - SP com validade por tempo indeterminado);
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - SP - com validade até 13 de agosto de 2015 e em processo de renovação;

- Certidão Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (SJDC nº 1763/2011) emitido em 22 de dezembro de 2011; e
- Declaração ITCMD com validade até 28 de abril de 2016.

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

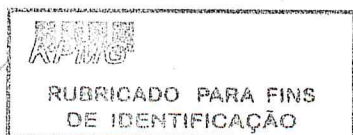
A Associação possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social com validade até 13 de agosto de 2015 e em processo de renovação.

Além disso, a Associação cumpre os seguintes requisitos previstos no art. 29 da Lei 12.101 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social:

- I Não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- II Aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- III Apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- IV Mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- V Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- VI Conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- VII Cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- VIII Apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

A Associação possui a totalidade de suas ações sociais efetuadas de forma gratuita sendo o tipo de assistência que presta associado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tendo incorrido em despesas operacionais (despesas com pessoal e administrativas e gerais) na consecução de seus objetivos sociais no montante de R\$ 50.369.116 em 2015 (R\$ 41.582.038 em 2014), tendo usufruído de isenções previdenciárias (quota patronal) no montante de R\$ 4.142.567 em 2015 (R\$ 3.774.504 em 2014).

A aprovação dos cálculos, bem como das premissas utilizadas pela Associação estão vinculadas às prestações futuras de contas junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.



23 Renúncia fiscal

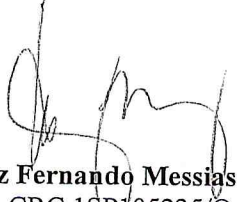
Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Associação não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Incidentes sobre a receita (ISS 5%, PIS 0,65% e COFINS 3,0% - regime cumulativo).

Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).


Paulo Gaio de Castro Júnior
Diretor-presidente


Henry Alain François Ubersfeld
Diretor Tesoureiro


Luiz Fernando Messias Bispo
CRC 1SP105235/O-6


Sandra Greco da Fonseca
Gestora Nacional

